

Dívida de Porto Alegre chega a CZ\$ 530 milhões

por Milton Wells
de Porto Alegre

A secretária municipal da Fazenda, de Porto Alegre, Dilma Linhares, defende a concessão por parte da União de prazos de carência para o pagamento das dívidas de longo prazo junto aos bancos estatais. Esta seria uma contrapartida do governo, segundo ela, que impõe aos municípios uma situação de extrema injustiça fiscal.

Com uma dívida consolidada de CZ\$ 530 milhões, a Prefeitura de Porto Alegre deve 68% deste volume para o Banco Nacional da Habitação (BNH) e cerca de 30% para o Banco do Brasil (BB), o restante para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Badesul).

Para este ano, a administração Alceu Collares será obrigada a cumprir compromissos no valor de CZ\$ 114 milhões de juros e amortizações, o que representa 14% das receitas. "Não há nenhuma possibilidade de investimentos sem uma solução para a dívida", alega Linhares.

Nos primeiros cinco meses de governo do PDT, o município sofreu um crescimento da despesa e uma queda na arrecadação de impostos. No mês de maio, houve um déficit de caixa de CZ\$ 4 milhões sem contar o volume reservado para o serviço da dívida. Apesar do crescimento do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), constatado pelo Tesouro estadual — no período houve uma evolução de 279% —, o município de Porto Alegre não se beneficiou disso por haver um prazo de sessenta dias entre a arrecadação e o repasse. Os resíduos normalmente concedidos pelo governo estadual no dia 30 de cada mês também diminuíram, segundo Linhares.

"Nos primeiros meses da administração, sofremos um crescimento na despesa com o funcionalismo por causa dos aumentos salariais de 80%, com a receita não crescendo na mesma proporção", informa. Para tentar alcançar pelo menos algum desafogo financeiro, o governo municipal está adotando um rígido programa de fiscalização junto a inadimplentes.